



RELATÓRIO E CONTAS 2014

1 - INTRODUÇÃO

A Fundação Romão de Sousa foi instituída por escritura pública de 8 de Julho de 2009 e foi reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social e Pessoa Colectiva de Utilidade Pública por despacho de 30 de Junho de 2010 da Ministra da Saúde, tendo sido efectuado o registo oficioso por despacho da Subdirectora Geral da Segurança Social de 13 de Julho de 2010.

2 – OBJECTO SOCIAL

Nos termos dos seus Estatutos, a Fundação Romão de Sousa "é uma Instituição Particular de Solidariedade Social que tem por fim principal o apoio a pessoas com doenças do foro mental ou psiquiátrico, procurando desenvolver a sua auto-suficiência, contribuir para que possam construir um projecto de vida autónoma e possam atingir a sua plena integração na sociedade.

Em ordem à prossecução do fim principal acima referenciado, a Fundação propõe-se realizar as seguintes actividades, sem intuito lucrativo:

- a)- Constituir uma comunidade terapêutica e ocupacional de apoio a pessoas com doenças do foro mental ou psiquiátrico e em particular de esquizofrenias, proporcionando residência temporária assistida, no âmbito do apoio acima referido;
- b)- Prestar serviços vários aos residentes e seus familiares no âmbito da comunidade terapêutica, os quais serão gratuitos ou remunerados em regime de porcionismo, de acordo com a situação económico financeira dos respectivos beneficiários;
- c)- Acessoriamente a Fundação procurará colaborar e estabelecer parcerias com entidades que realizem ou se proponham realizar actividades de natureza similar ou complementar às por si realizadas, designadamente com outras Instituições Particulares de Solidariedade Social, nomeadamente nos distritos de Évora e Portalegre e em particular no concelho de Estremoz."



3 – ACTIVIDADE

A Casa de Alba admitiu em Fevereiro de 2014 o seu primeiro residente e terminou o ano com seis, cumprindo em termos quantitativos o plano inicialmente traçado. Da sua evolução e de outras actividades continuadas daremos conta mais adiante.

Mas queremos começar por referir, como pontos importantes das actividades do ano:

- a inauguração oficial em 4 de Julho das instalações da Casa de Alba, em cerimónia presidida pelo Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde Dr. Fernando Leal da Costa e em que participou também o Senhor Dr. Álvaro de Carvalho, Director do Programa Nacional para a Saúde Mental da Direcção Geral de Saúde;



Handwritten signature in blue ink.

- a organização da "Conferência Saúde Mental em Portugal – Que Respostas" que se realizou em Estremoz em 7 de Novembro, com a participação activa de vários especialistas convidados, nacionais e estrangeiros e que contou com a presença de 95 participantes;



O programa da Conferência, os temas das intervenções e os currícula dos oradores estão disponíveis em <http://www.fundacaords.org/conf2014>, enquanto algumas apresentações e vídeos das sessões estão disponíveis em <http://www.fundacaords.org/pt/casa-de-alba-20131203-165633>



- e a realização em 8 de Novembro da primeira reunião da Comissão Consultiva, formada por personalidades de vários países e de reconhecido relevo internacional, (composição e curricula em <http://www.fundacaords.org/pt/comissaoconsultiva>) com os objectivos de:

- assessorar a Fundação em relação a desenvolvimentos técnicos e sociais que possam ter impacto na definição e prossecução dos seus fins estatutários;
- possibilitar ao Director Clínico da Casa de Alba e ao seu corpo técnico uma actualização permanente e uma perspectiva global do enquadramento teórico e clínico da sua actividade;
- facilitar a sua interacção em círculos académicos e clínicos;
- e finalmente actuar como "embaixadora" da Fundação e da Casa de Alba na actividade profissional dos seus membros e nos seus países de origem.

No enquadramento da actividade regular e continuada da Casa de Alba, Comunidade Terapêutica em Saúde Mental, cumpre-nos reafirmar:

- que a Fundação é uma IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social), reconhecida como Pessoa Colectiva de Utilidade Pública, sem fins lucrativos, cuja actividade é essencialmente suportada pelo património da Fundação;

- a inexistência de protocolo de cooperação com o Estado que suporte uma parte dos custos, dada a inoperacionalidade da projectada, mas sempre adiada, Rede de Cuidados Continuados em Saúde Mental;

- e a generalizada dificuldade financeira das famílias, dos cuidadores, ou das próprias pessoas com perturbações mentais graves em suportarem, mesmo parcialmente, os custos dos programas residenciais que oferecemos.

Conforme referido no anterior relatório, praticamos um modelo de contrapartida pecuniária que tem em consideração o rendimento próprio ou per capita do agregado familiar e que no limite inferior se situa actualmente no dobro do salário mínimo nacional, mas mesmo estes valores revelam-se incomportáveis para muitos candidatos, que assim se vêm impedidos de encontrar aqui solução para os seus problemas;

3.1. Os residentes

Durante o ano foram-nos referenciados 67 possíveis interessados no n/ programa terapêutico, dos quais admitimos um total de 11. O quadro seguinte reflecte as semanas de permanência na Casa de Alba dos 11 residentes admitidos:

Handwritten signature

	2014											2015
RESIDENTE	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN
A												
B												
C												
D												
E												
F												
G												
H												
I												
J												
K												



Assim, dos 11 residentes admitidos, dois completaram o Plano de Intervenção acordado, três abandonaram unilateralmente esse programa (um regressou passados quase três meses e voltou a sair após duas semanas) e os restantes seis mantinham-se no fim de Janeiro deste ano a cumprir o plano. Dos dois residentes que completaram o programa, um regressou à vida activa e está a trabalhar e o outro está a fazer formação profissional, tendo-nos visitado recentemente a relatar o impacto que a sua (curta) estadia teve no seu futuro e a agradecer a n/ contribuição.

Estes seis residentes da Casa são maioritariamente do sexo masculino e têm uma média de idades de 40 anos.

De referir a admissão na última semana de Novembro de dois novos residentes, referenciados pela Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE, em Portalegre, que aí estavam institucionalizados há vários anos, no âmbito de um contrato de colaboração que se admite possa servir de modelo de intervenção para outros casos semelhantes noutras ULS's;

3.2. Os modelos de avaliação

Entre os muito modelos frequentemente utilizados para monitorizar as mudanças ocorridas como consequência do processo terapêutico e acompanhar a evolução com o tempo nos residentes, a Casa de Alba utiliza nomeadamente os seguintes:

- **CORE-OM** (Versão Portuguesa), que é um instrumento europeu de auto-relato para medir a saúde mental em adultos, dividindo-se em quatro sub-dimensões: funcionalidade, bem-estar subjectivo, sintomas/problemas e riscos. Periodicamente, cada residente dá respostas do tipo "muitas vezes", "frequentemente", "ocasionalmente", "às vezes", "nunca", etc.; O site original do CORE pode ser consultado em http://www.coreims.co.uk/About_Measurement_CORE_Tools.html

- **PQ, Questionário Pessoal** (Versão Portuguesa), é uma medida individualizada e idiossincrática construída pelo residente no início do programa e que mede o grau de dificuldade sentida num conjunto de problemas e queixas designadas pelo próprio. O questionário é aplicado em intervalos regulares.

- **PSYCHLOPS (Psychological Outcomes Profile)** é também uma medida de progresso terapêutico individualizada e que avalia Problemas, Funcionalidade e Bem-Estar subjectivo. É uma medida de auto-relato em que os problemas são descritos pelo próprio residente no início do programa e monitorizados periodicamente. Ver versão original e estudos em <http://www.psychlops.org.uk/index.html>.

A versão Portuguesa está em construção, numa iniciativa da Universidade de Évora e do King's College de Londres e conta com a colaboração da Fundação Romão de Sousa.

- **GAF (Global Assessment of Functioning)**, adaptada do Manual de Diagnóstico e Classificação das Perturbações Mentais (DSM-V) e que é utilizado em cada avaliação psiquiátrica. O Psiquiatra avalia subjectivamente (numa escala de 1 a 100) o grau de funcionalidade social, ocupacional e psicológica de cada indivíduo.

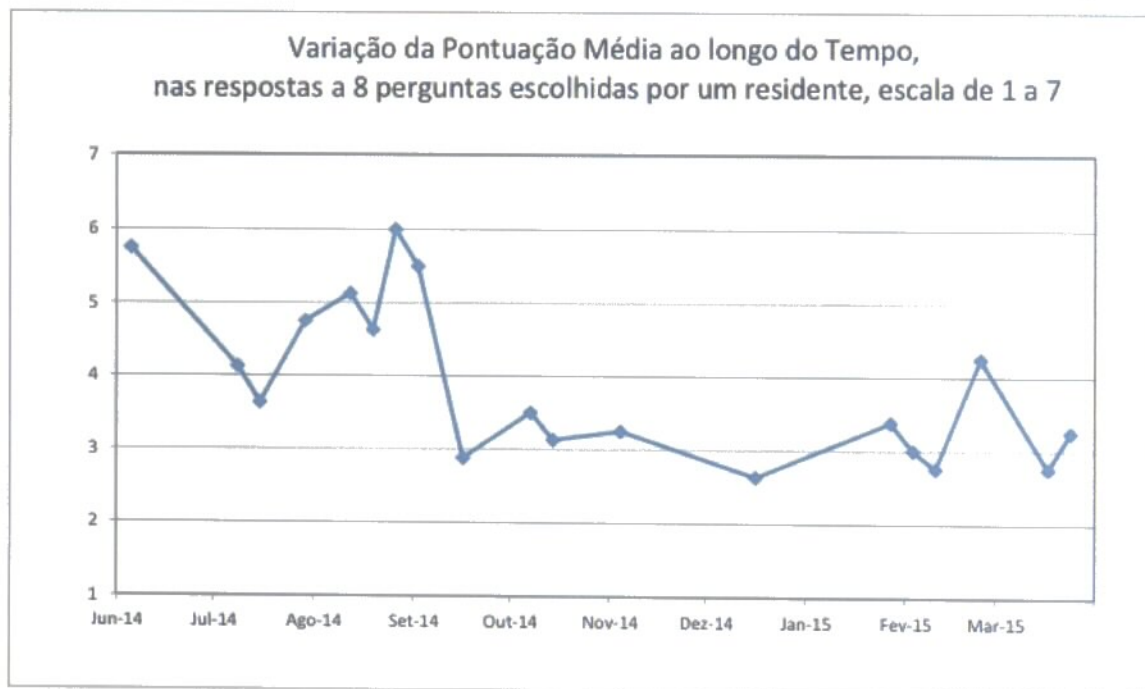
Outras medidas, específicas para as Esquizofrenias e Perturbações da Personalidade, estão em fase de estudo para poderem vir a ser integradas no processo de Avaliação Inicial e Periódica.

Por exemplo, o gráfico seguinte ilustra a evolução ao longo do tempo da média das respostas de um residente aos 8 problemas que designou como prioritários:

- estou triste;
- sinto-me só;
- sinto-me intimidado e pouco à vontade com as pessoas;
- sinto grande stress em relação à m/ adição aos fármacos e substâncias recreativas;
- não tenho qualidade de vida;
- sinto-me com uma forte carga emocional (tensão, ansiedade);
- sinto-me fraco a nível orgânico, fisiológico e comportamental;
- tenho falta de laços afectivos.

e em que, apesar de algumas oscilações no curto prazo é visível a redução sustentada de uma média inicial da ordem de 6 para a actual de cerca de 3 pontos, uma mudança que, de acordo com as qualidades psicométricas da escala, é extremamente significativa:

Handwritten signature



Trata-se apenas de um exemplo, mas que ilustra ainda outro ponto: a vida na Comunidade é também feita de avanços e recuos, pequenas vitórias e algumas decepções, momentos de crise e de relativa harmonia. Como em qualquer outra célula social ou família.

3.3. O quadro de pessoal

No fim do ano o quadro de pessoal comportava 7 pessoas, e já este ano evoluiu para um total de 9, acompanhando o aumento do número de residentes e a reorganização dos horários.

Neste momento a Casa de Alba tem 3 auxiliares a tempo inteiro, dois durante os períodos nocturnos e outro no apoio das actividades diárias da gestão do alojamento e da alimentação na Casa, e 6 técnicos também a tempo inteiro, incluindo o Director Clínico, a Coordenadora Técnica, uma Psicóloga Clínica e dois estagiários integrados no programa de estágios profissionais do IEFP, um licenciado em Serviço Social e outro com o grau de Mestre em Reabilitação Psicomotora. Contamos ainda com a colaboração de uma assistente social em programa de Emprego-Inserção e com um estágio curricular em Psicologia da Universidade de Évora.

Todos os profissionais são objecto de avaliação de desempenho periódica e frequentam programas de formação consoante as necessidades detectadas. Os técnicos estão ainda abrangidos por programas de supervisão, interna e externa.

3.4. Outras actividades

O site da Fundação em <http://www.fundacaords.org/pt/casa-de-alba-20131203-165633> e a página da Casa de Alba no Facebook <https://www.facebook.com/fundacaords> têm vindo a detalhar as várias iniciativas que fomos protagonizando ao longo do exercício.

De salientar:

- As apresentações do Director Clínico em Conferências e Eventos Nacionais e Internacionais, nomeadamente na Universidade de Évora, Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa—Júlio de Matos, Universidade Católica do Porto, Simpósio Europeu de Grupanálise, University of East London e Metanoia Institute;
- As entrevistas e publicações da Equipa, nomeadamente na Revista "Pontos de Vista" do Jornal Público, Rádio Antena Sul, Revista ExLibris, Boletim Kairos, European Journal of Psychotherapy and Counselling, Actas do Congresso Internacional de Esquizofrenia de Madrid;
- A formação experiencial e residencial da Coordenadora Técnica no evento "Learning from Action" do Il Nodo Group em Maccagno, Milão;
- A integração do Director Clínico nos,
 - grupo de investigação em Filosofia Psiquiátrica da Universidade Nova de Lisboa, em particular no estudo financiado "Desordens do Raciocínio Prático na Esquizofrenia"
 - e no grupo IPHA (International Practice Based Research Network for Personalizing Health Assessment);
- O início da colaboração do Professor António Coimbra de Matos com a Fundação Romão de Sousa, na qualidade de Supervisor Externo;
- A celebração de protocolos de colaboração com:
 - a Ordem dos Psicólogos Portugueses para a integração de estagiários;
 - a Universidade de Évora para a integração de estágios curriculares;
 - a Escola Superior de Saúde de Portalegre e com o Curso de Pós-Graduação em Enfermagem Psiquiátrica da Universidade de Évora.
- Os vários eventos, visitas e celebrações realizadas com os residentes da Casa de Alba, detalhes disponíveis também no site da Fundação e/ou na n/ página do Facebook.

4 – PATRIMÓNIO E SITUAÇÃO FINANCEIRA

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas segundo a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não-Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovada pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março.

A Fundação foi instituída com um património inicial de 2,3 milhões de euros, dos quais um milhão em numerário, um milhão em valores mobiliários não cotados e trezentos mil euros correspondentes ao prédio misto da sua sede, com uma área total de cerca de 6,7 hectares.

A exploração do ano reflecte o atraso inicial no arranque do projecto e a conjugação de vários factores, a saber:

- a baixa taxa de ocupação registada durante quase todo o ano, com 3 dos actuais residentes a só terem sido admitidos em Novembro e Dezembro;

- a percentagem dos custos suportados pelos utentes, muito inferior ao plano inicial, como consequência das dificuldades financeiras acima referidas;

- e a necessidade de manter um quadro de pessoal praticamente fixo, muito superior às necessidades estritas em relação ao número de residentes, dada a operação a tempo inteiro (24 horas por dia, sete dias por semana).

Ou seja, procurou-se atingir um nível de ocupação mínimo que permitisse uma vivência de "comunidade" viva, mesmo com prejuízo do nível de proveitos e do equilíbrio pretendido para a exploração.

Os proveitos com os serviços prestados totalizaram apenas 30,2 mil euros, o que para um total de ocupação de 166 semanas x residente (ver gráfico anterior) equivale a um proveito médio durante o ano de 182 euros/(semana x residente) ou cerca de 730 euros/(mês x residente), pouco mais de um terço do projecto e cerca de metade do custo suportado pelas admissões mais recentes. A isso acresceram proveitos adicionais de quase 14 mil euros, relativos a doações e subsídios.

Do lado dos custos, a rubrica mais importante é obviamente a dos custos com pessoal, que atingiram 118 mil euros, mais 60% que no ano anterior (em que a equipa não estava completa), e cerca de 77 mil euros de FSE's, incluindo 18 mil de trabalhos especializados, 13 mil de honorários (psiquiatria, enfermagem, etc.), e 13 mil de energia e fluidos.

Assim, com amortizações de 39 mil euros, o resultado do ano fixou-se em quase 183 mil euros negativos, mais 42% que no ano anterior, com o Fundo de Capital a reduzir-se de 2.507,6 para 2.328,6 mil euros.

5 – PLANO PARA 2015

O plano para este ano prevê a continuação da admissão faseada de residentes, de forma a que no fim do ano se atinjam pelo menos dez, e um acréscimo significativo das contribuições das novas admissões de forma a atingir um valor médio mensal duplo do verificado em 2014.

Apesar disso, a exploração de 2015 deverá encerrar ainda com um EBITDA negativo e só em 2016, já com a capacidade máxima de 15 residentes perto de estar preenchida se prevê um EBITDA ligeiramente positivo.

Estremoz, 30 de Março de 2015

O Conselho de Administração

José Joaquim Romão de Sousa

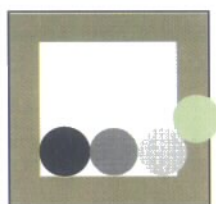


Maria da Conceição dos Santos Gomes



Sophia Martins Silva Romão de Sousa Rocchi





FUNDAÇÃO ROMÃO DE SOUSA

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2014



Nubj

Índice

Balanço	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas	5
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
Anexo	9
1. Identificação da Entidade	9
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	10
3. Principais Políticas Contabilísticas	10
3.1. Bases de Apresentação	10
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	12
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	16
5. Activos Fixos Tangíveis	16
6. Rédito	16
7. Subsídios do Governo e apoios do Governo	16
8. Informação sobre Pessoal e Órgãos Directivos	17
9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	18
10. Outras Informações	18
10.1. Investimentos Financeiros	18
10.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	18
10.3. Clientes e Utentes	18
10.4. Outras contas a receber	18
10.5. Diferimentos	19
10.6. Outros Activos Financeiros	19
10.7. Caixa e Depósitos Bancários	20
10.8. Fundos Patrimoniais	20
10.9. Fornecedores	20
10.10. Estado e Outros Entes Públicos	20
10.11. Outras Contas a pagar	21
10.12. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	21
10.13. Fornecimentos e serviços externos	21



Handwritten signature: Romão de Sousa

Handwritten signature: Romão de Sousa

10.14.Aumentos/reduções de justo valor	22
10.15.Outros rendimentos e ganhos	22
10.16.Outros gastos e perdas	22
10.17.Resultados de financiamento	22
10.18.Acontecimentos após data de Balanço	23



Balanço

FUNDAÇÃO ROMÃO DE SOUSA

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2014	31-12-2013
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1.200.493,25	1.230.456,36
Investimentos financeiros	10.1	1.000.275,53	1.000.027,63
Subtotal		2.200.768,78	2.230.483,99
Ativo corrente			
Clientes	10.3	7.466,41	0,00
Estado e outros Entes Públicos	10.10	995,02	19.427,61
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	10.2	0,00	14.000,00
Outras contas a receber	10.4	2.240,63	8.909,87
Diferimentos	10.5	1.585,92	233,72
Outros Ativos financeiros	10.6	0,00	253.500,00
Caixa e depósitos bancários	10.7	149.998,43	26.028,88
Subtotal		162.286,41	322.100,08
Total do Ativo		2.363.055,19	2.552.584,07
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10.8	2.300.000,00	2.300.000,00
Resultados transitados	10.8	173.375,95	302.224,92
Outras variações nos fundos patrimoniais	10.8	37.969,75	34.200,00
Resultado Líquido do período		-182.743,93	-128.848,97
Total do fundo do capital		2.328.601,77	2.507.575,95
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	10.9	9.049,57	24.231,05
Estado e outros Entes Públicos	10.10	4.859,01	3.326,58
Outras contas a pagar	10.11	20.544,84	17.450,49
Subtotal		34.453,42	45.008,12
Total do passivo		34.453,42	45.008,12
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.363.055,19	2.552.584,07

Estremoz, 15 de Março 2015

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Demonstração dos Resultados por Naturezas

FUNDAÇÃO ROMÃO DE SOUSA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	6	30.231,57	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração	7	13.928,72	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10.12	-4.369,74	0,00
Fornecimentos e serviços externos	10.13	-77.302,84	-48.894,76
Gastos com o pessoal	8	-118.600,52	-74.108,73
Aumentos/reduções de justo valor	10.14	0,00	-250,00
Outros rendimentos e ganhos	10.15	14.953,27	19.694,13
Outros gastos e perdas	10.16	-3.071,85	-10.772,88
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-144.231,39	-114.332,24
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-38.508,93	-14.394,02
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-182.740,32	-128.726,26
Juros e gastos similares suportados	10.17	-3,61	-122,71
Resultados antes de impostos		-182.743,93	-128.848,97
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-182.743,93	-128.848,97

Estremoz, 15 de Março 2015

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

FUNDAÇÃO ROMÃO DE SOUSA
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2013

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2013											Unidade Monetária: Euros	
DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2013	1	2.300.000,00		16.000,00	190.248,32				111.976,60	2.618.224,92		2.618.224,92
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico				18.200,00	111.976,60				(111.976,60)	18.200,00		18.200,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	-	-	18.200,00	111.976,60	-	-	-	(111.976,60)	18.200,00	-	18.200,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								(128.848,97)	(128.848,97)		(128.848,97)
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3								(240.825,57)	(110.648,97)	-	(110.648,97)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5											
POSICÃO NO FIM DO ANO 2013	6=1+2+3+4+5	2.300.000,00	-	34.200,00	302.224,92	-	-	-	(128.848,97)	2.507.575,95	-	2.507.575,95

Estremoz, 15 de Março 2015

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Alvaro M. de Sousa

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

M. J. P.

M. J. P.
Suplente do Presidente do Conselho de Administração



FUNDAÇÃO ROMÃO DE SOUSA
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2014

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2014											Unidade Monetária: Euros	
DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transítados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
6	8.5	2.300.000,00	-	34.200,00	302.224,92	-	-	-	(128.848,97)	2.507.575,95	-	2.507.575,95
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	-	-	3.769,75	(128.848,97)	-	-	-	128.848,97	3.769,75	-	3.769,75
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								(182.743,93)	(182.743,93)		(182.743,93)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8								(53.894,96)	(178.974,18)		(178.974,18)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10											
6+7+8+10	10.8	2.300.000,00	-	37.969,75	173.375,95	-	-	-	(182.743,93)	2.328.601,77	-	2.328.601,77

Estremoz, 15 de Março 2015

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Almo José Machado

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

WJF

*Marcos Soares
Secretário Administrativo*



Demonstração dos Fluxos de Caixa

FUNDAÇÃO ROMÃO DE SOUSA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2014	2013
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		35.787,01	-
Recebimentos de subsídios		13.928,72	-
Pagamento a fornecedores		(85.909,92)	(33.083,13)
Pagamentos ao pessoal		(108.207,09)	(58.704,38)
Caixa gerada pelas operações		(144.401,28)	(91.787,51)
Outros recebimentos/pagamentos		(24.048,09)	20.740,91
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(168.449,37)	(71.046,60)
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(1.171,87)	(406.804,85)
Outros Ativos		(199.210,04)	(165.000,00)
Recebimentos provenientes de:			
Outros Ativos		452.710,04	215.500,00
Juros e rendimentos similares		22.330,60	37.699,93
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		274.658,73	(318.604,92)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		17.769,75	4.200,00
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(9,56)	(122,71)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		17.760,19	4.077,29
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		123.969,55	(385.574,23)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		26.028,88	411.603,11
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10.7	149.998,43	26.028,88

Estremoz, 15 de Março 2015

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Anexo

1. Identificação da Entidade

A Fundação Romão de Sousa é uma instituição sem fins lucrativos, com sede na Casa de Alba, São Bento do Cortiço, Estremoz.

Foi instituída por escritura pública de 8 de Julho de 2009 e foi reconhecida como Instituição Privada de Solidariedade Social e Pessoa Colectiva de Utilidade Pública por despacho de 30 de Junho de 2010 da Ministra da Saúde, tendo sido efectuado o registo oficioso por despacho da Subdirectora Geral da Segurança Social de 13 de Julho de 2010.

Tem por fim principal o apoio a pessoas com doenças do foro mental ou psiquiátrico, procurando desenvolver a sua auto-suficiência, contribuir para que possam construir um projecto de vida autónoma e possam atingir a sua plena integração na sociedade.

Em ordem à prossecução do fim principal acima referenciado, a Fundação propõe-se realizar as seguintes actividades, sem intuito lucrativo:

- Constituir uma comunidade terapêutica e ocupacional de apoio a pessoas com doenças do foro mental ou psiquiátrico e em particular de esquizofrenias, proporcionando residência temporária assistida, no âmbito do apoio acima referido;
- Prestar serviços vários aos residentes e seus familiares no âmbito da comunidade terapêutica, os quais serão gratuitos ou remunerados em regime de porcionismo, de acordo com a situação económico financeira dos respectivos beneficiários;
- Acessoriamente a Fundação procurará colaborar e estabelecer parcerias com entidades que realizem ou se proponham realizar actividades de natureza similar ou complementar às por si realizadas, designadamente com outras Instituições Particulares de Solidariedade Social, nomeadamente nos distritos de Évora e Portalegre e em particular no concelho de Estremoz.



Núli

HM
SS

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2014 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.



Nubya

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos activo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:



- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Activos Fixos Tangíveis

Os “*Activos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir actividades presentes e futuras adicionais.

Os activos são depreciados apenas quando estão disponíveis para uso.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O Conselho de Administração decidiu, a partir do ano 2014, depreciar os Edifícios e Outras Construções com a taxa correspondente a 50% da que vinha sendo efetuada até à data.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.



July
M
S
sh

3.2.2. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

De acordo com o MEP, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Os outros investimentos financeiros estão valorizados ao custo de aquisição deduzidos das perdas por imparidade.

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes



Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "*Caixa e depósitos bancários*" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "*Fornecedores*" e "*Outras contas a pagar*" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.



3.2.5. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) *“As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director - geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 23% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2011 a 2014 ainda poderão estar sujeitas a revisão.



Julpi

Handwritten signature and initials.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2013, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2013						
	Saldo em 01-Jan-2013	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2013
Custo						
Terrenos e recursos naturais	66.122,49	-	-	-	-	66.122,49
Edifícios e outras construções	233.877,51	-	-	889.600,13	-	1.123.477,64
Equipamento de transporte	-	23.000,00	-	-	-	23.000,00
Equipamento administrativo	-	30.748,40	-	-	-	30.748,40
Outros Ativos fixos tangíveis	-	1.501,85	-	-	-	1.501,85
Total	300.000,00	55.250,25	-	889.600,13	-	1.244.850,38
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	9.362,31	-	-	-	9.362,31
Equipamento de transporte	-	4.312,50	-	-	-	4.312,50
Equipamento administrativo	-	656,63	-	-	-	656,63
Outros Ativos fixos tangíveis	-	62,58	-	-	-	62,58
Total	-	14.394,02	-	-	-	14.394,02

31 de Dezembro de 2014						
	Saldo em 01-Jan-2014	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2014
Custo						
Terrenos e recursos naturais	66.122,49	-	-	-	-	66.122,49
Edifícios e outras construções	1.123.477,64	6.212,04	-	-	-	1.129.689,68
Equipamento de transporte	23.000,00	-	-	-	-	23.000,00
Equipamento administrativo	30.748,40	1.797,55	-	-	-	32.545,95
Outros Ativos fixos tangíveis	1.501,85	536,23	-	-	-	2.038,08
Total	1.244.850,38	8.545,82	-	-	-	1.253.396,20
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	9.362,31	28.280,18	-	-	-	37.642,49
Equipamento de transporte	4.312,50	5.750,00	-	-	-	10.062,50
Equipamento administrativo	656,63	4.044,59	-	-	-	4.701,22
Outros Ativos fixos tangíveis	62,58	434,16	-	-	-	496,74
Total	14.394,02	38.508,93	-	-	-	52.902,95



Nuly

6. Rédito

Para os períodos de 2014 e 2013 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2014	2013
Prestação de Serviços	30.231,57	-
Mensalidades Utentes	25.020,73	-
Inscrições Conferência	4.277,59	-
Consultas Externas	390,00	-
Outros Serviços	543,25	-
Total	30.231,57	-

7. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2014	2013
Subsídios do Governo	13.928,72	-
IEFP - Estágios Emprego	13.928,72	-
Total	13.928,72	-

8. Informação sobre Pessoal e Órgãos Directivos

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2014 e 2013, foram, respetivamente 11 e 11. De um período para outro não se verificou a saída de nenhum membro dos órgãos sociais.

Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2014 foi de 6 (Diretor Clínico, Psicóloga, Técnica Psicomotricidade, 2 Estagiárias e Auxiliar) e em 31/12/2013 foi de 3 (Diretor Clínico, Psicóloga e Auxiliar).

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:



Nuly

Descrição	2014	2013
Remunerações ao Pessoal	90.871,11	60.395,78
Encargos sobre as Remunerações	18.744,51	12.650,55
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	883,19	492,40
Gastos de Acção Social	6.361,71	-
Outros Gastos com o Pessoal	1.740,00	570,00
Total	118.600,52	74.108,73

9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

O Conselho de Administração informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido na Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, o Conselho de Administração informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

10. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

10.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2014 e 2013, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2014	2013
Investimentos noutras empresas	1.000.000,00	1.000.000,00
Promotor SGPS, S.A.	1.000.000,00	1.000.000,00
Outros investimentos financeiros	275,53	27,63
Fundo Compensação Trabalho	275,53	27,63
Total	1.000.275,53	1.000.027,63

10.2. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2014	2013
Ativo		
Doadores	-	14.000,00
Total	-	14.000,00



Núji

10.3. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2014 e 2013 a rubrica “*Clientes e Utentes*” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Clientes e Utentes c/c	7.466,41	-
Clientes	597,70	-
Utentes (Residentes)	6.868,71	-
Total	7.466,41	-

10.4. Outras contas a receber

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a seguinte decomposição:

Descrição	2014	2013
Fornecedores	848,98	-
Juros a receber	435,00	8.052,22
Outros Devedores	956,65	857,65
Total	2.240,63	8.909,87

10.5. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2014	2013
Gastos a reconhecer		
Outros gastos a reconhecer - Seguros	1.585,92	233,72
Total	1.585,92	233,72

10.6. Outros Activos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2014	2013
Obrigações e Títulos de Participação	-	253.500,00
Total	-	253.500,00



10.7. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2014	2013
Caixa	257,78	27,95
Depósitos à ordem	24.740,65	26.000,93
Depósitos a prazo	125.000,00	-
Total	149.998,43	26.028,88

10.8. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2014	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2014
Fundos	2.300.000,00	-	-	2.300.000,00
Resultados transitados	302.224,92		(128.848,97)	173.375,95
Outras variações nos fundos patrimoniais	34.200,00	3.769,75	-	37.969,75
Total	2.636.424,92	3.769,75	(128.848,97)	2.511.345,70

10.9. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Fornecedores c/c	9.049,57	24.231,05
Total	9.049,57	24.231,05

10.10. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	995,02	1.452,33
IVA - Restituição às IPSS	-	17.975,28
Total	995,02	19.427,61
995,02		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.822,00	1.207,00
Segurança Social	2.973,01	2.103,58
Fundos de Compensação	64,00	16,00
Total	4.859,01	3.326,58



M. J. P.

10.11. Outras contas a pagar

A rubrica “*Outras contas a pagar*” tinha, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a seguinte decomposição:

Descrição	2014		2013	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	10.908,00	-	10.908,00
Remunerações a pagar	-	10.908,00	-	10.908,00
Credores por acréscimos de gastos	-	1.517,48	-	-
Outros credores	-	1.517,48	-	-
Outros credores	-	8.119,36	-	-
Credores diversos	-	8.119,36	-	6.542,49
Total	-	20.544,84	-	17.450,49

10.12. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Esta rubrica tinha, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a seguinte decomposição:

Descrição	2014	2013
Existência Inicial	-	-
Compras	4.369,74	-
Regularizações	-	-
Existência Final	-	-
Total CMVMC	4.369,74	-

10.13. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “*Fornecimentos e serviços externos*” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, foi a seguinte:

Descrição	2014	2013
Serviços especializados	50.315,18	35.931,54
Materiais	2.288,51	3.538,59
Energia e fluidos	12.746,36	4.399,24
Deslocações, estadas e transportes	5.507,03	3.386,55
Serviços diversos	6.445,76	1.638,84
Comunicação	3.399,59	1.219,31
Seguros	1.426,27	191,09
Contencioso e notariado	-	64,50
Limpeza, higiene e conforto	1.619,90	163,94
Total	77.302,84	48.894,76

**10.14. Aumentos/Reduções de justo valor**

O saldo desta rubrica é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Ganhos/Perdas por aumentos de justo valor - Em instrumentos financeiros	-	(250,00)
Total	-	(250,00)

10.15. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Descontos de pronto pagamento obtidos	170,25	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	1.481,45	-
Outros rendimentos e ganhos	32,04	10,84
Juros obtidos	13.269,53	19.683,29
Total	14.953,27	19.694,13

10.16. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Impostos - Taxas	278,03	152,75
Donativos	2.500,00	10.000,00
Quotizações	200,00	200,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	250,00
Multas e Penalidades	61,55	170,13
Juros de mora e compensatórios	32,27	-
Total	3.071,85	10.772,88

10.17. Resultados de Financiamento

Nos períodos de 2014 e 2013 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2014	2013
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	3,61	122,71
Total	3,61	122,71
Resultados financeiros	(3,61)	(122,71)



10.18. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2014.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Estremoz, 30 de Março de 2015

O Técnico Oficial de Contas

Nuno José Machado Sequeira

(TOC n.º 10651)

O Conselho de Administração

José Joaquim Romão de Sousa

Maria da Conceição dos Santos Gomes

Sophia Martins Silva Romão de Sousa Rocchi

RELATORIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e de acordo com o mandato que nos foi conferido, apresentamos o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da **FUNDAÇÃO ROMÃO DE SOUSA**, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal exercitou as competências tendo, designadamente, acompanhado a gestão da fundação, a evolução da sua actividade e efectuado reuniões com a frequência e extensão que considerou adequada. Teve acesso às actas das reuniões do Conselho de Administração, bem como a toda a documentação que considerou necessária, nas circunstâncias, sempre obteve todas as informações e esclarecimentos solicitados, nomeadamente, para a devida compreensão e avaliação da evolução da actividade, do desempenho e da posição financeira da fundação, não tendo, no decurso destas e de outras diligências realizadas, tomado conhecimento de qualquer situação que viole as disposições legais e estatutárias.

O Conselho Fiscal acompanhou ainda o processo de preparação e de divulgação de informação financeira, tendo considerado adequado o trabalho desenvolvido.

Ainda no âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal examinou o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 2.363.055 euros e um total de fundos patrimoniais de 2.328.602 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 182.744 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, das alterações nos fundos patrimoniais e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente procedeu à apreciação do Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 emitido pelo Conselho de Administração, que mereceu o seu acordo.

Faça ao exposto, o Conselho Fiscal é da opinião que:

- a informação constante nas demonstrações financeiras em apreço, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira, dos resultados, das alterações nos fundos patrimoniais e dos fluxos de caixa da **FUNDAÇÃO ROMÃO DE SOUSA**;

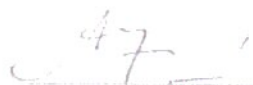
- o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução da actividade, do desempenho e da posição financeira da mesma.

PARECER

Em consequência do referido, o Conselho Fiscal entende encontrarem-se reunidas as condições para dar o seu parecer favorável ao Relatório de Gestão, Balanço, Demonstrações de resultados por naturezas, das alterações nos fundos patrimoniais e dos fluxos de caixa e ao correspondente Anexo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

Estremoz, 30 de Março de 2015

O Conselho Fiscal


Abílio Mendes de Azevedo, Presidente


Sandra de Sousa Pereira


Oscar Alçada da Quinta